

## REFLEXÃO II

### MENSAGEM AOS ASSOCIADOS – ANÁLISE TÉCNICA E FINANCEIRA (DAPIBGE)

Prezados Associados, em especial à colega Márcia. Preliminarmente, esclareço que sou integralmente responsável por aquilo que penso, verbalizo e escrevo, e desse modo assumo total responsabilidade dos meus atos e comportamento. Exatamente por esse motivo e diferentemente do que escreveu não disseminarei “informações duvidosas”, nem levanto “suposições sem fundamento”, muito menos exijo respostas “a todo tipo de questionamentos aleatórios”.

Nesse sentido, cumpre-me informar que minha posição não se trata de um "discurso contrário ao repasse" por mera oposição. Em verdade, apresento uma análise concreta de dados e atos de gestão que inviabilizam a propositura de reajuste. Tal medida, se aprovada, induzirá muitos de nossos sócios ao rol de inadimplência e à inevitável exclusão — destino que já atingiu aproximadamente 217 antigos sócios, sem que lhes fossem ofertadas condições dignas de parcelamento de débitos.

Além disso, e mais grave ainda é aceitar, sem o imperativo debate em assembleia, a construção de casa do Ibeanos, obra idealizada pelo Sr. presidente, mas impossível ou muito difícil de realizar na realidade, por isso mesmo utópica, e com um custo provisionado de R\$ 1.500.000,00. Ademais, valores provisionados, apresentam altos índices de majoração, entre eles: Contabilidade, Serviço de Auditoria, Condomínio e Taxas, Salários e Encargos, Eventos, etc, com o agravante de erros na estimativa de Receitas.

Para planejar um futuro institucional sólido e estável, é imperativo pautar-nos em fatos presentes. No caso em tela, carece de razoabilidade a alegação de que a atual asfixia financeira decorre de “custos trabalhistas” ou “perdas por falecimento”. Os demonstrativos financeiros de 2025 revelam que estas não são as rubricas mais relevantes, conforme detalhado na análise de despesas abaixo:

<b>DEMONSTRATIVO DE DESPESAS — EXERCÍCIO 2025</b>	
Assistência Médica aos Associados -----	R\$ 563.855,55
Eventos, Festas e Confraternizações -----	R\$ 306.746,92
Processamento de Dados (SERPRO) -----	R\$ 285.589,86
Condomínio -----	R\$ 115.487,69
Custos Administrativos Gerais -----	R\$ 107.123,32
Salários e Encargos -----	R\$ 102.241,41
Depreciação de Imobilizado -----	R\$ 95.896,06
Contabilidade -----	R\$ 79.781,40
Brindes -----	R\$ 72.380,00
Treinamentos -----	R\$ 64.159,37
Manutenção de Sistemas -----	R\$ 62.378,00
Doação a Associados -----	R\$ 58.976,00

#### 1. DA FALÁCIA DOS CUSTOS TRABALHISTAS

Não prospera a tese de que a mão de obra desencadeia impactos econômicos insustentáveis. Identificamos na provisão para 2026 uma variação de 43% em salários e encargos, valor que destoaria absurdamente do reajuste do salário mínimo (6,79%). Sem proposta de aumento de quadro, tal majoração é injustificável, especialmente quando a contratação de estagiários — medida econômica nunca aplicada — seria o caminho lógico para a racionalidade de custos.

#### 2. DO MITO DA REDUÇÃO DE RECEITA POR FALECIMENTO

Embora o falecimento de sócios seja um fato lamentável, não há dados que asseverem uma redução crítica de receita por este motivo em tempos atuais. Em contrapartida, o ingresso de novos sócios em vias de

aposentadoria minimiza esse suposto deficit. Alegar "crise por óbitos" sem apresentar registros administrativos claros é uma inferência débil e desprovida de lastro técnico.

### 3. DA "AVENTURA MONETÁRIA" DAS VACINAS

Reconheço o valor social do subsídio à vacina Herpes Zoster, contudo, sob a ótica do planejamento, a conta não fecha: para vacinar os 6.881 sócios adimplentes (duas doses), seriam necessários R\$ 14.450.100,00, considerando o valor per capta de R\$ 2.100,00 disseminado pela Diretoria. Oferecer tal benefício sem provisão real é uma aventura monetária que induz o sócio ao erro, prometendo o que a instituição não pode custear para, em troca, aprovar um reajuste de 35% na mensalidade.

### 4. DA PROTEÇÃO AOS MENOS FAVORECIDOS

Egoísmo não é questionar gastos; egoísmo é ignorar a realidade daqueles que não possuem margem consignada para suportar qualquer acréscimo. Para muitos, R\$ 7,00 podem parecer pouco, mas representam um aumento real de 35%, o que é significativo para quem sustenta famílias, paga escolas e planos de saúde de dependentes com orçamentos no limite. Muito provavelmente, após o feriado de 21 de abril, a folha de pagamento será aberta, quando terá a margem liberada. Nesse instante, fica identificada a manobra adotada pela Direção para priorizar o desconto. Caso haja divergência entre a precipitada iniciativa da Direção que agiu sem respeitar o resultado da assembleia, esse comando será anulado, o que ratificará a postura antidemocrática e centralizadora da atual gestão.

### CONCLUSÃO

Pauto minhas argumentações em dados contábeis extraídos da própria Direção. Minhas críticas focam na transgressão ao Artigo 10 do Estatuto e na falta de transparência ampla e irrestrita que o cargo exige. Torço para que esta Direção respeite os princípios da publicidade, solidariedade, isonomia, transparência e racionalidade de custos. Diferente do discurso oficial, reitero os riscos de tal manobra orçamentária e, em respeito aos sócios menos favorecidos, meu voto é **NÃO**.  
Atenciosamente,

Democlaides Botelho Bezerra de Melo